

Desafios para a pesquisa dos processos de trabalho: a CAP como estratégia

Challenges to the work process research: the CAP as strategy

Maria Elizabeth Barros de Barros^{*}, I; Ana Lúcia Coelho Heckert^{**}, I; Flávia Moreira Marchiori^{***}, II.

^I Universidade Federal do Espírito Santo

^{II} Faculdade Sagrado Coração - UNILINHARES

[Endereço eletrônico](#)

RESUMO

O artigo aborda o tema da pesquisa dos mundos do trabalho, partindo do princípio de que é preciso conhecer mais de perto o que é vivido nos ambientes laborais hoje e avaliar quais as novas relações existentes fazem frente a essa situação. Considera que nos locais de trabalho existe um mundo a ser conhecido e que é preciso apostar no potencial de revolta contra o que está instituído nos mundos do trabalho. Elege a Ergologia como abordagem que contribui para mostrar que em toda situação de trabalho há sempre uma tentativa de renormatização. Apresenta para exemplificar essa direção metodológica o Programa de Formação/Investigação dos Processos de trabalho que é um dispositivo de formação e pesquisa-intervenção em rede, que articula um programa de formação, pautado na intervenção nos locais de trabalho, com um programa de pesquisas, visando à luta pela afirmação da vida onde o trabalho se faz.

Palavras-chave: Metodologia de pesquisa, Processos de trabalho Ergologia.

ABSTRACT

The article discusses the topic of the research in working worlds, based on the principle that it is necessary to know more intimately what is lived in the working environment nowadays and to appraise which are the new existing relationships that face this situation. The study considers that at working places there is a world to be known and that it is necessary to bet on the revolting potential against what is institutionalized. It elects Ergology as an approach that contributes to show that in every work situation there is, always, an attempt of re-normalization. The study presents, in order to exemplify this methodological direction, the Program of Formation/Investigation of Work Processes, which is a device of training and research-intervention in net, which articulates a formation program, based on an intervention at working places, with a research program, seeking the struggle for the statement of life, where the work is done.

Keywords: Research methodology, Work process, Ergology.

Há 20 anos, uma experiência original na Universidade de Aix em Provença na França começava. Originalmente, a experiência veio atender a uma inquietação dos profissionais (trabalhadores) que estavam vivenciando mudanças no mundo do trabalho e não sabiam muito bem como respondê-las ou enfrentá-las. A universidade e os demais institutos de formação conseguem efetivamente preparar os profissionais para lidar com as mudanças que vêm ocorrendo nos mundos do trabalho? Uma convicção estava colocada: as relações entre a universidade e as atividades econômicas e sociais são muito indiretas, ou muito estreitas, formais e parcelares.

Essa situação sustentou a criação de um dispositivo diversificado de aprendizagem recíproca entre as fontes de saber universitário requeridas para os empregos e ofícios e os saberes novos portados pelas novas configurações da atividade. A Universidade de Provença e seu departamento de filosofia decidiram construir um dispositivo que pudesse responder a essa questão. Um dispositivo pluridisciplinar e pluriprofissional que visava dar conta da complexidade dos mundos do trabalho, das atividades de trabalho, interrogando os saberes e as experiências industriais envolvidas nesse processo.

Com esse objetivo, em 1998 foi, então, fundado o Departamento de Ergologia, na Universidade de Aix, uma vez que Ergologia significa o estudo das atividades humanas, de forma a produzir uma interlocução dos diferentes saberes que sustentam essas atividades e experiências diversas. O objetivo do departamento é, assim, criar estratégias, metodologias de pesquisa e técnicas que viabilizem essa interlocução entre as experiências dos mundos do trabalho e os saberes das ciências.

Visa-se articular pesquisa e programas de formação, objetivando ampliar o diálogo e a interlocução entre os diferentes saberes (acadêmicos ou não), com o objetivo de

formar os trabalhadores para que possam enfrentar as situações de trabalho que o contemporâneo apresenta. Para isso, é preciso construir um quadro teórico-metodológico, a partir do qual possam ser formuladas questões para essas investigações. Quadro que expresse o modo como se entende estar colocada hoje a questão do trabalho nas atuais configurações do capitalismo e o que tem sido produzido nos planos político e subjetivo, que, na perspectiva que assumimos nesse texto, tratam-se de planos indissociáveis. Portanto, impõe-se a urgência de construir estratégias metodológicas que possam dar conta dessas relações.

O que se procura é conhecer mais de perto o que é vivido nos ambientes de trabalho hoje e avaliar quais as novas relações ou que modalidades de relações existentes fazem frente a essa situação, mesmo que de forma ínfima, ou seja, relações que indicam outros possíveis, a criação de outros modos de trabalhar/existir, o que não significa limitar-se a uma situação já dada para a realização de um projeto, uma vez que não se tem o possível antes de tê-lo criado⁴. Como sinalizado por Zarifian (2003), nos locais de trabalho existe um mundo a ser conhecido, um mundo de problemas, de conceitos, de tentativas práticas e, assim, é preciso criar esses possíveis, apostando no potencial de revolta contra o que está instituído. A criação de outras formas de trabalhar vem desses possíveis. Esse potencial constitui o real, está no saber da experiência.

Nessa direção de análise, é preciso desenvolver metodologias de pesquisa que partem do conhecimento do cotidiano dos/as trabalhadores que não desistem de lutar pela transformação das situações de trabalho que tentam constranger sua potência normativa como vivente humano. Assim, pesquisar as formas como os humanos trabalham implica conceber qualquer estabelecimento social como inacabado, não fechado em si mesmo, mas como um campo em construção permanente. Estamos todos imersos em intrincadas redes de relações com a natureza, com outros humanos e com suas invenções, produzindo, coletivamente, nossa existência, o que se produz e se reproduz numa tessitura movente de múltiplas conexões, em que se efetiva a produção da vida material (NEVES, 2002).

Portanto, evocando mais uma vez Zarifian (2003), é fundamental que se efetive a exploração da abertura dessa processualidade em meio as regulações e às regras sociais instituídas (uma vez que a criação de outras formas de trabalhar se efetivam no âmbito dessas regulações), o que supõe a demarcação de uma orientação de pesquisa que não se limita a descrever a realidade, ou fornecer um quadro exaustivo sobre a situação vivida nos ambientes de trabalho (o que também é muito importante), e, sim, dar foco aos pontos de tensão, aos nós onde essas relações complexas se efetivam.

“Não dar visibilidade e/ou negar as movimentações cotidianas que emergem nos processos de trabalho pode ter como efeito a negação da experimentação que se constitui nesse processo, bem como a desqualificação desses movimentos como importantes formas de indagar e desmontar os modos de organização do trabalho e as políticas instituídas.” Ao mesmo tempo, acentuar a inoperância e passividade dos trabalhadores tem servido para enaltecer e eleger alguns grupos sociais, e até mesmo o próprio Estado, como protagonistas exclusivos das transformações históricas (BARROS; HECKERT; OLIVEIRA, 2005).

Com esse objetivo, as referências conceituais e metodológicas oferecidas pela Ergologia podem constituir uma potente caixa de ferramentas para as investigações

nesse campo. Nosso ponto de vista é, em certa medida, produzido no diálogo com esses interlocutores, que partilham de uma perspectiva ético-política acerca dos mundos do trabalho, nos sindicatos, nas escolas, nos hospitais, dentre outros aparelhos sociais, afirmando o movimento do real em curso, que é indicador das transformações, da criação de possíveis, indicador de modalidades de relações que não só prefiguram, mas configuram uma outra sociedade possível. O que estamos formulando, a partir de Marx, é que a transformação social reside no movimento do real.

Reafirmamos, portanto, a urgência de se criar estratégias metodológicas, que dêem conta da especificidade desse objeto de investigação que são as questões dos mundos do trabalho, uma vez que as limitações do conhecimento científico sobre a temática do trabalho só podem ser superadas se partirem dos “[...] desafios e das indagações advindas da experiência daqueles que vivem as relações que investigamos” (ATHAYDE; BRITO, 2003, p. 240).

NOSSA CAIXA DE FERRAMENTAS

O trabalho, nesse viés que apresentamos, é analisado como formado por alguns elementos, tais como: atividade - condições reais - resultados da atividade (GUÉRIN et al, 2001, p. 11). A rigor, uma análise da atividade de trabalho é uma análise desse sistema e do seu funcionamento. Neste sentido, faz-se uma diferenciação fundamental entre a tarefa e a atividade de trabalho, sendo a primeira o resultado antecipado fixado em condições determinadas, e a segunda a própria realização da tarefa.

A partir desse ponto de vista, compreende-se que a tarefa prescrita não é o trabalho em si, mas um dos elementos que o formam, é algo exterior ao operador da atividade, algo que determina e constrange, mas que, ao mesmo tempo, apresenta um quadro indispensável para que o trabalhador possa operar, autorizando-o a realizar a atividade. As condições determinadas e os resultados antecipados descritos na tarefa não são efetivamente o que se obtém com o trabalho real. Há, nessa distância, um elemento fundamental: a atividade de trabalho.

Falar em atividade de trabalho nos remete, assim, a dois conceitos chaves: o trabalho prescrito e o trabalho real. A distância entre o prescrito e o real é a expressão da tensão sempre existente entre o que é descrito como tarefa e o que realmente é realizado pelos trabalhadores dentro das condições existentes. Pode-se acrescentar, ainda, a partir de Clot et al (2001, p. 18) que “[...] o real da atividade é igualmente aquilo que não se faz, o que se procura fazer sem lograr êxito – o drama dos fracassos –, o que se poderia ter feito ou desejado fazer, o que se pensa poder fazer em outros lugares”. As estratégias utilizadas pelo trabalhador para administrar essa distância é o que nos inquieta e nos força a pensar as relações de trabalho a partir das situações concretas onde elas se efetivam.

Abrindo um campo de novas análises e evitando uma abordagem mutilada da situação de trabalho, valoriza-se a dimensão subjetiva dos processos de trabalho, pois a atividade humana, ao se concretizar em resultado do trabalho, dá sentido à

relação de homens e mulheres com o seu trabalho, com o mundo que constroem ao se construírem e, dessa forma, impregnam de sentido a sua própria existência.

É essa a dimensão explorada por Yves Schwartz (2000), que propõe, através da abordagem Ergológica, compreender a atividade de trabalho no conjunto de atividades humanas, a partir de normas de produção de conhecimento sobre essas atividades. Constitui-se como um instrumental para pesquisar o que é realizado por um ser vivente, que carrega consigo valores e regras, mas que, acima de tudo, inventa a todo instante sua relação com o meio em que vive e recria esse meio, num processo de coengendramento sujeito-mundo.

Nessa perspectiva, o trabalho, em sua historicidade, está sendo considerado como uma atividade viva, um conceito circunscrito no espaço, no tempo, nos coletivos e no corpo. Há sempre circulações entre a atividade de trabalho e o conjunto das atividades que fazem parte da vida. E são essas circulações que explicam porque, em todo ato de trabalho, estão presentes as questões produzidas na sociedade, nos seus diferentes âmbitos, uma vez que, em cada atividade, o trabalhador é confrontado com a complexidade das relações de forças que se efetivam no campo social. Em cada atividade são feitas permanentemente escolhas e arbitragens, a partir dos valores que são colocados em debate: “[...] trabalhar, como viver, é sempre, em algum grau, avaliar” (SCHWARTZ, 2000, p. 78).

Para o autor, o trabalho é sempre “uso de si”, pois, ao contrário, não seria possível vivê-lo. Schwartz afirma que, no interior da atividade de trabalho e das condições que a cercam, sempre há uma possibilidade de gestão diferenciada de si mesmo, o que supõe um esforço e uma capacidade industriosa dos seres humanos infinitamente maiores do que as explicitadas na simples observação da atividade de trabalho. Para Schwartz (1987):

[...] no interior das coerções materiais e sociais e trabalhando-as, se abre espaço para uma gestão diferenciada de si mesmo. Carga de trabalho, fadiga deixam de ser dados objetivos que agridem do exterior o indivíduo; eles se negociam em uma alquimia sutil onde tudo depende da maneira pela qual o indivíduo, nas suas virtualidades singulares e seus limites, encontra o objetivo a realizar como ponto de apoio, ao contrário, como restrição de seus possíveis particulares (p.4).

Assim, trabalhar é gerir a si próprio e gerir a atividade, colocar à prova os próprios limites, as próprias habilidades, é arriscar-se. Citamos, mais uma vez Schwartz (1987):

[...] quando se diz que o trabalho é uso de si, isto quer então dizer que ele é o lugar de um problema, de uma tensão problemática, de um espaço de possíveis sempre a se negociar: há não execução, mas uso, e isto supõe um espectro contínuo de modalidades. Há no indivíduo, no seu ser que é convocado, mesmo no inoperante, recursos e capacidades infinitamente mais vastas que os que são explicitados, que a tarefa cotidiana requer [...] (p.13).

A Ergologia contribui para mostrar que em toda situação de trabalho há sempre uma tentativa de renormatização, de criação de um novo meio de trabalho: “toda situação de trabalho seria sempre, segundo graus variáveis, experiência, encontro; por isso, ela é colocada à prova de normas e valores antecedentes numa situação histórica sempre em parte singular” (SCHWARTZ, 2000, p. 81).

O interesse desses conceitos é compreender em toda configuração local essa dinâmica das normas antecedentes e das normas propostas, que resingularizam sempre os meios de trabalho. As normas heterodeterminadas, preexistentes e

anteriores, são efeitos de configurações históricas, de relações de poder, bem como portam elementos recebidos como “bem comum” da humanidade (os saberes científicos e técnicos, por exemplo) e como cristalização (codificação da experiência coletiva). É nesse registro que se encontram as prescrições formais e também as informais.

O fato de que há sempre articulações dinâmicas dos registros, recentramento, negociação local entre normas anteriores e propostas conduz imperativamente toda análise do trabalho a fazer um retorno em direção a esse centro enigmático onde se trata essa negociação complexa. Daí, toda situação de trabalho seria lugar de uma dramática subjetiva, na qual se negociam, nas circunstâncias pessoais, históricas e sempre particulares, as modalidades desse compromisso entre normas hetero-determinadas e autodeterminadas, entre usos de si pelos outros e usos de si por si. Logo,

[...] a atividade não é somente reavaliação de instruções, procedimentos e modos operatórios, mas também ‘retratamento’ à prova da experiência, dos ‘valores vindos de fora’. Se as normas se referem a valores, a menor renormalização aparentemente técnica é um julgamento, uma tomada de posição em escala sócio-técnico [...]. A atividade industrial é sempre destino a viver, engaja pessoas [...], é sempre confrontação problemática entre valores mercantis, valores quantificáveis, e valores sem dimensão (SCHWARTZ, 2000, p. 715).

É possível, a partir dessa perspectiva, tecer outras idéias sobre o trabalho real efetivado, considerando que as convocações realizadas para dar conta do que é prescrito sempre estão ligadas a um conjunto de normas e valores sociais e, dessa forma, a atividade de trabalho sempre ultrapassa o que está limitado pela prescrição.

Para compreender o uso de si nessa abordagem, que considera o sujeito da atividade de trabalho como capaz de atos industriais, criadores, inventivos, sempre em processos de renormatizar as normas que o antecedem, Schwartz (2000) se aproxima da concepção de Canguilhem (1990), na qual o sujeito é abordado em sua capacidade instituinte, de transformação de normas em torno de um mundo possível a si, na medida em que a vida lhe exige novos movimentos.

Os projetos de pesquisa que se articulam a essa perspectiva consideram, portanto, que para conhecer o trabalho desenvolvido pelos viventes humanos, coloca-se o desafio de conjugar diferentes pesquisas, colocar em diálogo crítico os conhecimentos e análises científicas com ações práticas concretas de mudanças. Essa seria uma estratégia para compreender-transformar as condições de trabalho nos diferentes estabelecimentos, baseada no diálogo-confrontação entre conhecimento científico e experiência dos trabalhadores. “A esse dispositivo de confrontação-cooperação entre saberes denominamos Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP)” (ATHAYDE et al, 2003, p. 13-14). Essas Comunidades, sua construção, vem das propostas de Ivar Oddone² (1986), um militante do Movimento Operário Italiano, e teve origem na Itália, por volta dos anos 60, com a retomada das lutas informais nas indústrias e com o crescimento do movimento sindical.

As bases teórico-metodológicas dessa proposta de investigação buscam avançar na problematização/compreensão da organização do trabalho, ampliando o olhar do pesquisador para o desenvolvimento e ampliação de comunidades de pesquisa que envolvam diferentes trabalhadores e pesquisadores da Universidade.

As Comunidades Científicas Alargadas (CCA), como Odone (1986) e seu grupo nomeava essa estratégia metodológica, tinham como objetivo o conhecimento da

complexidade real do trabalho e, para tanto, articulavam saberes formais e informais elaborando, assim, uma nova concepção de pesquisa. Dessa forma, todos os participantes tornavam-se co-autores da pesquisa como portadores de saberes formais ou informais, que se tornam imprescindíveis para que se aplique ao estudo do trabalho uma metodologia como as CCA.

Nos anos 60, na Itália, conviviam um contexto sócio-econômico de crescimento, pleno emprego e aumento da produção, baixos salários, parcialização imposta do trabalho, aumento da desqualificação e desgaste psicofísico da mão de obra. As lutas informais foram retomadas nas fábricas e o movimento sindical, marcado por um crescimento, propunha um projeto de transformação da sociedade, articulando luta operária com mudanças conduzidas por outros movimentos sociais organizados. O sindicato reivindicava o direito de pesquisar de maneira autônoma o ambiente de trabalho e de lançar proposições para sua transformação (SCHWARTZ, 2000).

Alguns pesquisadores estavam atentos à análise da organização do trabalho³ e aos movimentos que resistiam às pressões exercidas nas fábricas, opondo-se às diferentes estratégias de regulação⁴ que se atualizavam. Configurava-se uma fase de recusa da organização do trabalho, mas que se mostrava impotente para construção de modelo alternativo ao que estava instituído.

Para Oddone (1986), surgia uma forma original de pesquisa-ação em torno do tema das mudanças das condições de vida e trabalho que chamou de "pesquisa não ritual" porque alterava os métodos da pesquisa tradicional, uma vez que todos os atores se tornariam co-autores da pesquisa, portadores de saberes específicos e, no caso dos trabalhadores, de "saberes informais", conforme denominavam a experiência. Ao invés de desprezar e/ou desqualificar, exalta-se a iniciativa dos trabalhadores, fazendo um apelo à cultura da classe para modificar o ambiente de trabalho, pois sem a participação dos trabalhadores o objetivo das pesquisas empreendidas pelos especialistas poderia se reduzir aos interesses das empresas. Assim, parte-se da perspectiva de que produzir cultura não significa somente fazer "descobertas originais", mas, também especialmente, difundir de modo crítico as invenções, socializá-las e fazer com que se tornem base de ações vitais, elementos de coordenação de ordem moral e ética (VICENTI, 1999).

Essa iniciativa poderia oferecer aos trabalhadores e pesquisadores uma forma de aprender e utilizar a experiência acumulada nos centros de pesquisa e nos coletivos de trabalho para que destes dois tipos de experiências emergisse uma experiência científica que priorizasse as demandas das categorias profissionais e uma nova comunidade científica ampliada. Com isso não se estava negando que há um saber importante dos especialistas, uma vez que ninguém pode ser competente pelo outro, no lugar do outro, pois, como nos indicou Deleuze e Guattari (1997), a substituição de um princípio da competência por um princípio de consentimento tem para a política uma importância fundamental.

A experiência realizada permitiu, assim, definir três conceitos articulados, sobre os quais o modelo operário italiano se instituiu, que são: grupo operário homogêneo de produção, validação consensual e não-delegação.

O primeiro refere-se a um grupo de trabalhadores que vivem conjuntamente a mesma experiência de trabalho. Portanto, são portadores não somente da experiência bruta de seus membros, como também daqueles que já o deixaram e

dos julgamentos de valor que eles estabeleceram (VICENTI, 1999). A validação consensual refere-se ao julgamento coletivo, pelo qual o grupo valida a experiência de cada trabalhador relativa às condições de trabalho. A não-delegação exprime a recusa de delegar aos especialistas o julgamento sobre a nocividade das condições de trabalho e a fixação dos padrões de nocividade. Não se trata de desqualificar as análises dos especialistas, mas, acima de tudo, afirmar que a interpretação dos resultados da pesquisa será aceita somente após a validação por parte do grupo homogêneo.

A história da organização da classe trabalhadora, mais precisamente o “modelo operário italiano de produção do conhecimento”, pode, portanto, nos oferecer pistas importantes para as investigações sobre as atividades de trabalho. Esse paradigma está centrado na valorização da experiência dos trabalhadores, busca pensar coletivamente o trabalho para transformá-lo, uma vez que parte substancial da experiência dos trabalhadores, muitas vezes, lhe escapa.

Conforme Oddone (1986), a mudança que se espera nesse processo não é mensurável, uma vez que, dentre outros aspectos e, principalmente, objetiva-se operar transformações nos processos de subjetivação⁵. Ao se modificar as relações tradicionais entre técnicos e trabalhadores sobre as definições dos modos de produção, deu-se início à problematização/desnaturalização da divisão social do trabalho, da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, e a busca da produção coletiva de trabalhadores e técnicos. Torna-se necessário e possível um modo diferente de fazer pesquisa.

Partindo do princípio de que para transformar é preciso conhecer que as Comunidades Científicas Alargadas privilegiavam não apenas a apropriação dos conhecimentos e das soluções técnicas, mas, principalmente, o que determinam e excluem.

A história dessa organização na luta por mudanças nos locais de trabalho nos indica que a prática de construção de comunidades de pesquisas que envolvam portadores dos saberes da academia e saberes da experiência dos mundos do trabalho é possível. São práticas que se consolidam no esforço coletivo, tornando a experiência fonte de percepção e análise das condições e organização do trabalho.

O conhecimento dos trabalhadores, conhecimento ativo que pode romper com a naturalização ou banalização das situações de trabalho, precisa ser contemplado/incorporado na linguagem dos técnicos/especialistas que estudam o trabalho humano, para que sejam criadas condições de repensar o regime de produção de conhecimento sobre o trabalho.

Mas é possível produzir conhecimento científico dessa forma? Se entendermos a ciência como busca permanente de compreensão da realidade e produção de verdades sempre provisórias, podemos afirmar que sim. Aqui nos recordamos de Althusser (1980), que afirma que a ciência é possibilidade de sair de uma situação de mero reconhecimento/desconhecimento dos rituais práticos da vida cotidiana, para produzir conhecimento sobre os mecanismos que nos engendram, desnaturalizando nossas formas cotidianas de existência. Este processo visa, não só à afirmação da experiência e do saber dos trabalhadores, mas à mobilização dos próprios sentidos, uma vez que ouvir os companheiros, a nós mesmos e estar

atentos às contribuições da ciência, é um novo modo de intervir e possivelmente de mudar as condições e os processos de trabalho.

Os espaços coletivos de análise são elementos fundamentais para que se construa o conhecimento de trabalhadores e pesquisadores e, no mesmo movimento, atuar na formação de profissionais comprometidos com a proposta de invenção. A constituição dessas comunidades de pesquisa não se efetiva sem investimento nos modos de subjetivação engendrados nos processos de formação⁶, que precisa se efetivar numa contínua construção/reconstrução dos saberes dos trabalhadores e dos pesquisadores dos centros de pesquisa, o que exige expansão, de forma a alcançar sempre novos grupos.

Exercita-se, assim, o ouvir, o entender, o discordar, o debate e a crítica, pois, como já afirmamos em trabalhos anteriores,

as Comunidades Ampliadas de Pesquisa (uma derivação das comunidades científicas alargadas) podem ser instrumentos valiosos nesse processo desde que possam ser reinventadas a cada viagem e por cada um que o utiliza, de forma a contribuir para inventar mundos, construir diários de bordo, cartografias. Uma carta de navegação não apenas "objetiva", mas também "subjetiva" política... que só serve para uma viagem, que só expressa a singularidade única e irrepetível dessa viagem, o que não impede que outros viajantes dela se sirvam para construir sua própria trajetória, sempre experimental, sempre aventureira (BARROS, 2004, p. 91).

O PROGRAMA DE FORMAÇÃO/INVESTIGAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO: UMA PROPOSTA/APOSTA DE ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE OS MUNDOS DO TRABALHO

O Programa de Formação/Investigação dos Processos de trabalho é um dispositivo de formação e pesquisa-intervenção em rede, a partir das contribuições da Ergologia, que articula um programa de formação, pautado na intervenção nos locais de trabalho, com um programa de pesquisas, visando à luta pela afirmação da vida onde o trabalho se faz.

A proposta do Programa é estudar as atividades humanas nas suas particularidades, a fim de conhecê-las e transformá-las quando necessário. Parte do princípio de que as mudanças nas formas como o trabalho está organizado não ocorrem ou não se mantêm por meio de formas verticalizadas de administração, como efeito de normas externas ao grupo de trabalhadores, ações exclusivas dos profissionais das disciplinas científicas ou dos dirigentes. As transformações nos locais de trabalho só se efetivam com as lutas que podem ser travadas no curso das atividades e que envolvam o maior número possível de trabalhadores formados para/e (n)esse processo.

Perseguindo o fortalecimento e a ampliação de um dispositivo de análise e transformação dos locais de trabalho, as pesquisas na direção que estamos apontando têm os seguintes princípios:

a) Colocar em análise as práticas de formação dos centros formadores, que não têm favorecido novos modos de ser trabalhador/a e, assim, contribuir na formação dos trabalhadores para análise do seu cotidiano laboral.

b) Instituir um espaço de trocas e debates entre conceitos científicos e a experiência prática de trabalhadores/as acerca do trabalho nos diferentes ambientes de trabalho.

Esses princípios se operacionalizam por meio de algumas etapas⁷:

a) Análise sistemática e detalhada das situações de trabalho. Essa etapa envolve a reunião/ nucleação de trabalhadores, em torno de uma determinada problemática, com vista à formação de "grupos ampliados de pesquisa", conforme o paradigma do Modelo Operário Italiano.

1) análise coletiva da problemática: os grupos formados se reúnem, implementando uma prática de aprendizagem-discussão-ação, operando e desenvolvendo a metodologia de monitoramento das condições de trabalho.

2) análise das situações de trabalho: comporta observações e análise das atividades, entrevistas coletivas e individuais e verificação das situações de trabalho, que devem fornecer subsídios para a análise coletiva e correspondem a uma estratégia para a compreensão do espaço de trabalho e para a efetivação de ações que visam ao monitoramento das condições e organização do trabalho. Este processo visa, também, a avaliar e reformular o conhecimento produzido.

b) Confrontação de dados e observações. Colocam-se em discussão as análises efetuadas através de dois mecanismos:

1) Oficinas de produção de conhecimento: por meio de intercâmbio de materiais e de encontros, as análises realizadas são debatidas e criticadas, por um coletivo dos pesquisadores envolvidos com o problema, possibilitando análises e construção de outras práticas.

2) Restituição das análises: realização de seminários com os organismos governamentais, visando a melhor gestão da situação.

c) Desenvolvimento teórico-metodológico-técnico sobre a temática, que implica a atividade de atualização quanto à bibliografia pertinente à temática da pesquisa, envolvendo levantamento e análise bibliográfica de livros e revistas especializadas, assim como dissertações, teses e relatórios de pesquisa.

A construção de uma comunidade ampliada de pesquisa, portanto, se consolida no esforço coletivo, tornando a experiência no trabalho fonte de percepção e interpretação dos processos engendrados nos/pelos cotidianos.

Dessa forma, é importante nos lançarmos no desafio de lidar com os processos de trabalho e criar metodologias-ferramentas que nos possibilitem dar a ver sujeitos e mundos mergulhados nesses processos dos quais figuram como "[...] efeitos finitos, mas ilimitadamente reconfiguráveis" (BARROS, FONSECA, 2004, p. 134). A análise não se concentra nas formas que tomam as diferentes relações, mas sim busca ver, para além das formas, as forças que as tornam necessárias e consistentes. A lupa passa a ser no processo de trabalho e, nesse sentido, espera-se que essa estratégia possa contribuir para que os trabalhadores passem a ter como lócus de suas análises o ponto de encontro trabalhador-trabalho, colocados em relação de intercessão, de

desestabilização um sobre o outro para, então, cartografar as perturbações produzidas em cada pólo.

Essa direção de pesquisa pode aguçar o olhar e a escuta do que se efetiva cotidianamente nos ambientes laborais, de forma que seja acionado um processo permanente de "caotização que transforma cada pólo em planos de criação e de devires" (BARROS; FONSECA, 2004, p. 136). Os trabalhadores poderão criar diversas estratégias para ampliar o debate com outros colegas, ampliando a rede, construindo conhecimentos sobre o trabalho que desenvolvem, à medida que seu olhar sobre seus locais de trabalho – vida – vai sendo transformado.

Construir uma rede de pesquisadores que possa desenvolver os instrumentais metodológicos a partir da abordagem ergológica, contribuindo para a formação de trabalhadores com condições de lidar com as variabilidades do trabalho e com as mudanças que vêm ocorrendo nos mundos do trabalho, pode evitar práticas ressentidas que, paralisadas na produção da repetição, acabam por limitar a criação. A potência desse processo depende da maneira como cada singularidade-trabalhador se relaciona com outras, como cada indivíduo se vê confrontado com a potência do coletivo. A potência possui uma força, cuja intensidade pode aumentar ou diminuir, dependendo como cada singularidade se relaciona com outras (CHAUÍ, 2003).

Desse modo, essa escolha metodológica, a pesquisa-intervenção, passa a ser elemento fundamental nessa perspectiva, uma vez que pesquisar é afirmar a inseparabilidade entre interferir, intervir, ou seja, produzir interseções e, assim, abrir-se para a polifonia. No nosso entendimento, a formação dos trabalhadores para a investigação/intervenção conduz, não só a uma melhor compreensão dos espaços de trabalho, mas, principalmente, à invenção de novos modos-trabalhador/organização do trabalho, que se abram para vida, onde ela deseja e pode se fazer (ROCHA, 1996).

O propósito dessa metodologia é que os trabalhadores funcionem como multiplicadores do processo de formação nos locais de trabalho, a partir da constituição de uma 'comunidade ampliada de pesquisa', que pode ser uma estratégia potente na produção de formas de subjetivação que recusem as diferentes formas de regulação do processo de trabalho.

Enfim, poderíamos dizer que essa proposta-aposta de pesquisa/intervenção busca interrogar algumas práticas nos mundos do trabalho, muitas vezes marcadas por ressentimento e tomando o lugar da vontade de ação. As críticas, se não se constituem em elemento positivo de criação, mas unicamente de reação, podem se deter à descrição do que está instituído, constatando-o, aceitando o estado de coisas vivenciado como um processo irreversível. Essa postura pode ser um ingrediente muito forte no processo de naturalização das situações experimentadas hoje no âmbito das lutas políticas dos trabalhadores. Assim, partimos da tese de que formar trabalhadores que possam multiplicar as ações no campo do trabalho significa, principalmente, investir na produção de subjetividades, que afirmem a construção de outros modos de trabalhar, que tenham a vida como critério básico.

Convocados a pensar suas práticas e a acionar processos de formação que transformem a organização e condições de trabalho em continente de processualidade, podem se esboçar movimentos que procuram identificar os pontos de tensão, as tramas, as relações contraditórias, outras vias de trabalho. Uma

atividade crítica sem vingança, rancor ou ressentimento, mas expressão de um modo de existência ativo.

É importante atentarmos para outros movimentos que a situação experimentada no quadro atual do trabalho aciona, obrigando-nos a construir ferramentas de análise/intervenção que não só busquem apreender seus modos de funcionamento, mas também a possibilidade de vislumbrar formas de intervenção sobre os processos em curso, configurando caminhos diferentes daqueles que hoje se estabelecem.

Nossa aposta nesse tipo de pesquisa é marcada pela inseparabilidade da tríade ética/estética/política, pois a ética aliada à estética sem a política significaria a "[...] exaltação do indivíduo" (ROQUE, 2003, p. 7); a associação estética e política, sem a ética, implicaria se apropriar de um método como um conjunto de regras tomadas como um valor em si para se chegar a uma verdade ou um sistema de verdades tomadas como um valor universal. O que define nossa opção metodológica é, exatamente, o rigor com que escutamos as diferenças que nos desassossegam (ROLNIK, 2001). Por outro lado, insistir numa relação entre política e ética, sem a estética, pode significar que elegemos como prioridade a produção do mesmo, do homogêneo, a produção da repetição. Acompanhando Benevides e Passos (2000), conjuramos as perspectivas que pressupõem uma relação excludente entre a radicalidade da invenção e o rigor metodológico. O processo inventivo das pesquisas não está atrelado a nenhum "espontaneísmo do pensamento". Ao contrário, afirmamos que um pensamento rigoroso metodologicamente pode ser inventivo. É preciso apostar numa outra "[...] relação entre inventividade e rigor metodológico de tal maneira que possamos afirmar um método da criação ou por outra, pensar o trabalho metodológico como condição para nossas intervenções inventivas" (BENEVIDES; PASSOS, 2000, p. 1).

No nosso entendimento, a "essência" de uma determinada forma de pesquisar não é outra senão sua potência. Não se trata de perguntar o que vale uma pesquisa, seu valor "científico", mas o que ela pode, ou seja, qual sua potência, qual sua força para produzir transformações nos processos de trabalho que buscam constranger o aspecto criador do vivente humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Posições II**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ARAGÃO, E. M. A.; BARROS, M. E. B.; HECKERT, A. L. C.; OLIVEIRA, S. P. A dimensão coletiva da saúde: uma análise das articulações entre gestão administrativa-saúde dos docentes, a experiência de Vitória. In: ATHAYDE, M.; BRITO, J.; BARROS, M. E. B.; NEVES, M. (Orgs.). **Trabalhar na escola? Só inventando o prazer**. Rio de Janeiro: IPUB/CUCA. 2001. p. 123-162.

ATHAYDE, M.; BRITO, J. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-265, 2003.

BARROS, M. E. B. **Formação e integralidade em saúde**. Palestra proferida no Seminário Integralidade no Cuidado, promovido pelo LAPPIS, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2005,

_____. As Comunidades Ampliadas de Pesquisa: construindo conhecimento nas escolas a partir da experiência dos educadores. In: LINHARES, C. (Org). **Formação continuada de professores**: comunidade científica e poética. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 88 - 100.

BARROS, M.E.B.; FONSECA, T.M.G.da. Psicologia e processos de trabalho: um outro olhar. **Psico Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS**, v.35, n.2, p. 133-140, jul./dez. 2004.

BARROS, M.E.B.; HECKERT, A. L. C.; OLIVEIRA, S. P. de. **Um 'novo' desafio para o movimento sindical: a saúde como tema e estratégia** – o caso dos docentes/ES. In: 27ª Reunião Anual da ANPEd, 27., 2005, Caxambu. Anais ... Caxambu: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2005. CD-ROM.

BENEVIDES DE BARROS, R.; PASSOS, E. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 1, p.71-79, 2000.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CHAUÍ, M. **Política em Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CLOT, Y. et al. **Entretiens en autoconfrontation croisé**: une méthode en clinique de l'activité. Paris: Education Permanente, 2001.

DELEUZE, G. ; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo : Editora 34, 1997.

GUÉRIN, F.; LAVILLE, A.; DANIELLOU, F.; DURAFFOURG, J.; KERGUELEN, A. **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da Ergonomia. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2001.

KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo**: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Campinas: Papyrus, 1999.

MACHADO, L. Subjetividades contemporâneas. In: BARROS, M.E.B. (Org.) **Psicologia**: Questões Contemporâneas, Vitória: EDUFES, 1999. p. 211-231.

NEVES, Cláudia E. Abbês B. **Interferir entre desejo e capital**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

ODDONE, I. et al. **Ambiente de trabalho**: a luta dos trabalhadores pela saúde. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, S. P. **Micropolítica do fracasso escolar**: uma tentativa de aliança com o invisível. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.

ROCHA, M. L. **Do tédio à cronogênese**: uma abordagem ético-estético-política da prática escolar. 1996. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

ROLNIK, S. Subjetividade antropofágica. In: BARROS, M.E.B., CAMPELO, M.C., MACHADO, L.D. (Orgs.). **Texturas da Psicologia**: subjetividade e política no contemporâneo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 11-28.

ROQUE, T. Resistências. **Revista Global Brasil**, Rio de Janeiro, n.0, p.7, 2003.

SCHWARTZ Y. **Travail et ergologie**. Toulouse: Octares, 2003.

SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Revista Educação e Sociedade**, ano XIX, n. 65, p 9-34. dez. 1998.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n.7, p.38-46, jul./dez. 2000.

VICENTI, A. de. Ivar Oddone, intelectual orgânico e pesquisador heterodoxo. **Les territoires du travail**, Catéis Marseille, n.3, p. 33-42, mai 1999.

ZARIFIAN, P. **À quoi sert le travail**. Paris: La Dispute/Snédit, 2003.

ZOURABICHVILI, F. Deleuze e o possível. In: ALLIEZ, É. (Org.). **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: Editora 34, 2000.

Recebido em: 05/07/2006

Aceito para publicação em:08/08/2006

Endereço: betebarrros@uol.com.br; anaheckert@uol.com.br;
fmmarchiori@yahoo.com.br

NOTAS

* Professora Doutora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

^{**} Professora Doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

^{***} Professora Mestre do Curso de Psicologia da Faculdade Sagrado Coração – UNILINHARES.

¹ A esse respeito consultar: Zourabichvili, 2000, p. 337.

² Médico italiano que compunha esse grupo composto por operários, sindicalistas, estudantes, profissionais diversos e cientistas, que se reuniam na Bolsa de Trabalho de Turim, a partir da metade dos anos 60.

³ O termo organização do trabalho, na Itália, refere-se a condições físicas e psíquicas do trabalho, o conteúdo e a estrutura das tarefas, a política industrial e as relações sociais.

⁴ Regulação refere-se a regras definidas a priori para a prática laborativa e, portanto, limita a potência de criação. Busca padronizar os modos de funcionamento social, tentando evitar os movimentos instituintes/inventivos.

⁵ Formas de subjetivação refere-se, neste texto, às forças de transformação, aos processos de dissolução de formas de existência cristalizadas, “[...] uma espécie de movimento ‘instituinte’ que, ao se instituir, assumiria uma dada forma-subjetividade” (MACHADO, 1999, p. 212). Subjetividade, portanto, não está referida às concepções de identidade ou de personalidade, mas como podendo assumir diferentes formas.

⁶ Em outros trabalhos (ARAGÃO et al, 2001), já afirmávamos que um trabalho de formação como processo pretende escapar da produção de trabalhadores como mercadorias amorfas, silenciosas e serializadas e se constituir em espaço de contradições que podem gerar indagações e propostas que possibilitem a criação de práticas e estratégias que possam engendrar formas educador/aluno/pesquisador/especialistas em ruptura com as hegemônicas.

⁷ Esse programa foi, originalmente, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Saúde, Relações de Trabalho e Gênero da Fundação Oswaldo Cruz-ENSP, pelo Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho da Universidade Federal da Paraíba e pelo Grupo de Pesquisa Psicologia e Produção de Subjetividades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e se intitula Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas.